TL295-41

II Jornadas de Timor da UP

TEMA IV - ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR A PAZ E A AUTODETERMINAÇÃO

Luís da Costa

A guerra da resistência deve ser mantida até conseguir a libertação total. A resistência, em todas e em qualquer frente de luta, só terminará quando o ocupante abandonar completamente o território e o povo livremente escolher o seu destino.

No contexto do domínio indonésio, dificilmente a guerrilha altera a sua estratégia de se manter nas montanhas e dificilmente o maubere se conforma com a dominação indonésia. O trabalho urgente a desenvolver será fomentar e fortalecer a unidade entre todos os timorenses: no interior, criando condições favoráveis à actuação da guerrilha no meio urbano de maneira que o invasor se sinta desestabelizado; e no exterior, a unidade só contribuirá para não prolongar o martírio do nosso povo.

Não existe, na realidade, uma provínCia autónoma dentro das fronteiras da Indonésia. Existem províncias, bem poucas, que o governo central - centralizado no poder absoluto de Suharto e seus generais - chama de "istimewa" (território sob jurisdição especial).

A história ensina-nos para não cairmos nos mesmos erros que conduziram o Irian Jaya (Nova Guiné Papua Ocidental) a ficar sob o domínio indonésio. No período de transição, o governo de Jakarta manobrou instâncias da ONU e colocou todos os seus agentes à frente da administração de transição. Quando chegou a hora da consulta, Jakarta manobrou o referendum. Por isso, o governo de Suharto nunca organizará uma consulta para servir os interesses do povo de Timor Leste. É necessário, pois, que durante o período de transição, todos os indonésios - padres, religiosos, transmigrados e militares - abandonem o território para que não haja pressões. Na fase de politização e mentalização, antes de exercer o seu direito de voto, a administração transitória deve contar com a presença portuguesa, sob o auspício das Nações Unidas, e esta administração deve ser formada pelos portugueses e timorenses - elementos da Convergência Nacionalista e outros timorenses, mais idóneos, que sempre mostraram vontade para a autodeterminação.

Portugal, como potência administrante, deve ter uma acção mais enérgica e mais coerente na defesa dos direitos do Povo Maubere. Não deve limitar a sua acção a

discursos pontuais, mas deve motivar e instruir os seus embaixadores a serem sensíveis à causa de Timor e desenvolver uma política que convença a opinião pública nacional e internacional sobre a violação dos direitos humanos e invasão de Timor Leste pelas tropas indonésias e suas consequências. Deve apoiar a Conv. Nacionalista e propor ao Secretário-Geral da ONU que aceite a CN fazer parte das conversações sobre o futuro de Timor.

Além disso, se realmente Portugal está interessado na autodeterminaçãso do Povo Maubere, deve garantir quadros timorenses especializados para o futuro de Timor. Para isso, sugiro que o governo estabeleça um programa especial de apoio ao ensino secundário com material escolar e com programas complementares de apoio escolar, e ainda de cooperação com as Universidades para a facilidade de entrada, sem as exigências do "numerus clausus".

Para dar seguimento ao programa de apoio ao ensino secundário e para garantir uma eficácia e qualidade de acesso à Universidade acho que o Governo deve estabelecer um acordo de cooperação com a Fundação Austronésia Borja da Costa, que tem demonstrado, através de acções já realizadas, como mostra o anexo único, capacidade para levar a bom termo esta cooperação.

Julgando-se com a guerra ganha, os indonésios dão largas às suas brutalidades, não respeitam as promessas de amnistia de Suharto e os assassinatos, os massacres em massa generalizam-se. Então, grande parte de sacerdotes em Timor toma atitudes corajosas de defesa do povo contra o invasor. Por sua vez, o ocupante passa a exercer pressões sobre os padres, os catequistas e cristãos de Timor, ameaçando uns, prendendo muitos e assassinando outros.

De todos os apelos de sacerdotes, sobretudo, do Mons. Martinho Lopes e do actual Bispo D. Ximenes Belo, transparece bem esta realidade: a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada e que está a ser ameaçada. O povo de Timor sente-se lesado nos seus direitos humanos fundamentais, e entre estes direitos há o de orientar e dirigir o seu próprio destino - gerir o seu destino consoante a sua própria identidade.

Numa palavra, a igreja católica local encontra-se sujeita a pressões políticas por parte dos militares e cívis indonésios e a injúrias constantes por parte dos lacaios timorenses para a desacreditar, e sente intensamente o seu isolamento.

O factor que contribui para que a Igreja Católica indonésia dê pouco apoio à causa de Timor é que ela está bastante comprometida com o regime de Suharto e não apenas por ser uma minoria de 2.5%, entre os 170 milhões de habitantes.

De várias opiniões recolhidas, pode-se afirmar que a formação humanística dos seminários está fortemente dependente do sistema governamental- os princípios do Pancasila -, e a formação específica do seminário maior bastante deficiente. Além do

mais, consta da história da Indonésia que os elementos, mais influentes da Igreja Católica indonésia, são os que pugnaram pela implementação do Pancasila.

Junto da Igreja Católica portuguesa há um trabalho muito grande a desenvolver. Este trabalho deve começar por sensibilizar as comunidades de base, os movimentos pastorais, os religiosos, o clero (diocesano e religiosos) e os bispos. É importante enviar documentação, mas, sobretudo, provocar encontros com os vários organismos.

Com as igrejas cristãs, protestantes, é urgente desenvolver um diálogo num espírito de solidariedade e comum empenho pela justiça e paz em Timor Leste. Pois, esta comunidade cristã, tem bastante influência no mundo islâmico da Indonésia.

O Vaticano é um mundo complexo de cardeais com tendências moderadas, conservadoras e avançadas e ainda, com espírito estadista, que precisam de muitas pressões do mundo. Por isso, o trabalho a fazer deverá partir das conferências episcopais de cada nação, das comunidades de base, dos movimentos ecumenistas, para que todos se sintam sensíveis ao problema de Timor Leste e tomem, a nível das suas igrejas, uma posição favorável ao povo de Timor e pressionem a Santa Sé e o Papa a serem claros nas suas posições quanto ao direito do Povo Maubere.

É necessário que todos os organismos (católicos e protestantes) dirijam os seus apelos à Santa Sé a fovor de Timor Leste e que mantenha sob a sua jurisdição a diocese de Dili, até ser alcançada uma solução justa, baseada no direito do Povo Maubere à autodeterminação.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1990

Luís da Costa

ANEXO ÚNICO:

Algumas das actividades já realizadas pela fundação Austronésia Borja da Costa:

- desde o ano lectivo de 86/87 tem implementado um acordo de cooperação com a Fundação Calouste Gulbenkian na concessão de bolsas de estudo a estudantes timorenses do ensino secundário, residentes em Portugal. No presente ano 89/90 são beneficiários 45 estudantes - 40 do ensino secundário e 5 do ensino universitário.

- no plano editorial, publicou:

* Tebe, colectânea de canções populares de Timor Leste, em 1987;

* Cantolenda Maubere, contos e lendas do imaginário timorense, em 1988

- exposições:

* em Dezembro de 88, expôs os originais das ilustrações do Cantolenda Maubere, da autoria de António P. Domingues.

* em Dezembro de 89, fotografias de Elaine Brière, sobre a vida do Povo Maubere, anterior a 74.

- em Dezembro de 89, por um período de dois anos, iniciou um programa de apoio aos orfãos e menores não-acompanhados

- desde 1987, tem realizado, na época natalícia, Festa de Natal - Natal Kmanek - para as crianças timorenses, residentes em Portugal, num mínimo total de 400 (quatrocentas) crianças em cada ano